

## **AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO FÍSICA: APONTAMENTOS TEÓRICOS DE PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO**

CATIANA NERY LEAL<sup>1</sup>

MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA<sup>2</sup>

RAFAEL CASAES DE BRITO<sup>3</sup>

BENEDITO GONÇALVES EUGÊNIO<sup>4</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este texto traz recortes teóricos de duas pesquisas de doutorado, em andamento, na Rede Nordeste de Ensino (RENOEN) vinculada ao Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEn/UESB), que tem como campo de estudo as Relações Étnico-Raciais em dois componentes curriculares da escolarização básica – a Educação Física e Ciências e aponta possibilidades para a inserção da temática Étnico-Racial em sala de aula.

Nessa perspectiva, cabe lembrar que o enraizamento do racismo na sociedade brasileira é um fenômeno que vem, através dos tempos, atravessando de modo perverso as relações sociais e, mesmo reconhecendo a diversidade étnica e cultural do Brasil, ainda sofre com as ideias e discursos de branqueamento, mestiçagem como algo necessário, virtuoso e valoroso, mantendo preconceitos, discriminação e desigualdades étnico-raciais. Para

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ensino pela Rede Nordeste de Ensino (RENOEN) vinculada ao Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEn/UESB). Integrante da Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (UESB/FAPESB/CNPq).

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Antropologia Social e Doutorado em Educação (UFBA). Docente da UESB, do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ensino (RENOEN), Mestrado em Ensino (PPGEN), Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e Pedagogia. Coordena a Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (UESB/FAPESB/CNPq).

<sup>3</sup> Doutorando em Ensino de Ciências pela Rede Nordeste de Ensino (RENOEN) vinculada ao Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEn/UESB).

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela UNICAMP. Mestre em Educação pela PUC(MG). Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).



tanto, este trabalho assume como compreensão de racismo, o conceito afirmado por Nilma Lino Gomes na obra *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, que se apresenta como uma obra referencial na articulação entre questões Étnico-Raciais, onde a autora afirma que:

O racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira. A ideologia da raça biológica encontra nos sinais diacríticos "cor da pele", "tipo de cabelo", "formato do nariz", "formato do corpo" o seu argumento central para inferiorizar os negros, transformando-os (sobretudo a cor da pele) nos principais ícones classificatórios dos negros e brancos no Brasil (GOMES, 2017, p. 98).

Entretanto, Gomes (2017) salienta que no Brasil houve uma mudança de sentido acerca da ideia de raça pela luta constante do Movimento Negro, que ressignificou e deu uma outra roupagem politizada de modo a transformá-la em uma potência emancipatória, em detrimento da concepção reguladora. Segundo Verrangia (2016) e Verrangia e Silva (2010), as Relações Étnico-Raciais são entendidas como aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais e entre indivíduos desses grupos, orientadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial e étnico individual e coletivo. Para isso, foi aprovada a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) na gestão democrática de Luiz Inácio Lula da Silva, que busca, dentre outras coisas, inserir os conteúdos de matriz africana e afrodescendente no currículo de todas as disciplinas da Educação Básica.

A partir do que pensam Prudêncio e Jesus (2019) a aprovação da lei e a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da história e cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004), representam uma resposta para que demandas que surgem na sociedade como a necessidade de se discutir as Relações Étnico-Raciais, o combate ao preconceito e à discriminação adentrem à escola que



cada vez mais se torna um espaço de coexistência, mesmo com alguns atritos, entre diversas culturas.

## **AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

O Ensino das Ciências Naturais, como Física, Química e Biologia, nem sempre teve espaço nas escolas. No Brasil, o Ensino de Ciências está intimamente ligado à tradição jesuíta e à influência portuguesa. A inserção do ensino de Ciências na escola acontece no início do século XIX quando, segundo Bezerra e Santos (2016), houve a mudança na mentalidade da população quanto à relevância social da Ciência gerada pelos avanços e invenções advindas do desenvolvimento científico, acabaram abrindo espaço para o Ensino das Ciências no âmbito formal, escolar. Neste período predominava a visão acadêmica na qual o Ensino de Ciências objetivava formar cientistas em detrimento de um ensino que ajudasse a solucionar os problemas do cotidiano.

Carvalho e Gil-Pérez (2003) evidenciam a necessidade de que no Ensino de Ciências sejam renovadas as formas de ensinar os conteúdos, avaliar e até mesmo envolver os alunos efetivamente no processo de formação. E quanto ao ensino de ciências nos anos iniciais, Praia, Gil-Pérez e Vilches (2007) defendem que esse campo de estudo nos primeiros anos de ensino, envolve o aluno em processos decisórios e requerem mais do que um domínio de conhecimentos específicos, mas requer uma participação cidadã, de modo que compreenda a escola como um ambiente diverso.

Verrangia e Silva (2010) chamam atenção para a frequência com que o ensino de Ciências colabora com a manutenção do racismo, principalmente tendo em vista que essa forma de conhecimento é comumente percebida como politicamente neutra. Nestes termos, o autor chama atenção sobre a responsabilidade do ensino de ciências em enfrentar a realidade de injustiça social/racial existente no Brasil potencializando



práticas e procedimentos de trabalho no ensino de Ciências com relações étnico-raciais.

Dentre as perspectivas do Ensino de Ciências frente às mudanças necessárias encontra-se o trabalho pedagógico relacionado à Multiculturalidade, tendo em vista a diversidade cultural do Brasil. Assim, questões relacionadas ao racismo, aos preconceitos raciais e discriminações de minorias étnicas e religiosas devem ser de interesse do professor de Ciências (KRASILCHIK, 2000). Entretanto, as pesquisas da área de Ensino de Ciências têm sinalizado uma incipiente abordagem das temáticas Étnico-Raciais, tanto nas investigações, quanto no debate das licenciaturas na área de Ciências (VERRANGIA; SILVA, 2010; FERNANDES, 2015).

Para Jesus, Paixão e Prudêncio (2019), um dos caminhos que possibilitam a reflexão crítica sobre as questões supracitadas é a incorporação do ensino da cultura de todos os povos que constituem o Brasil, uma vez que a proposta não é substituir a educação eurocêntrica por outra, africana, mas possibilitar que todos esses conhecimentos sejam abordados no ambiente escolar de maneira que sensibilize a população sobre o quão necessário é respeitar as diferenças étnico-raciais e o reconhecimento da história do povo negro para além da escravidão.

Para isso, Verrangia e Silva (2010) apontam alguns caminhos possíveis para inserir a discussão das Relações Étnico-Raciais no currículo de ciências: a) impacto das Ciências Naturais na vida social e racismo; b) Superação de estereótipos, valorização da diversidade e Ciências Naturais; c) África e seus descendentes e o desenvolvimento científico mundial; d) Ciências, mídia e relações étnico-raciais; e) Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira e Ciências. Afinal, estas temáticas podem ser adequadamente mediadas em sala de aula, entretanto não é uma tarefa fácil para o professor que foi formado a partir de um currículo eurocentrado e uma universidade racistas (Brito, 2022).



## **AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

A Educação Física (EF), de acordo com algumas pesquisas, tem sido definida como uma disciplina que tem sido responsável pelo trato pedagógico não apenas esportivas, mas também de conteúdos culturais.

Diante dessas considerações, Daolio (2010) ressalta que a EF passou por uma área que priorizava a aptidão física e o rendimento, atualmente é reconhecida como uma área que discute os conhecimentos corporais culturais. Na visão de Daolio, portanto, para compreender a EF como prática cultural, implica admitir que mesmo essa disciplina, muitas vezes, ser criticada nas discussões acadêmicas e observada por emprego de concepções rotuladas que a percebem como uma disciplina vista como algo tecnicista e recreativa, essa mesma disciplina responde de forma eficaz as demandas impostas pela comunidade escolar igual qualquer outra disciplina. E suas contribuições são fundamentais para compreender, por exemplo, relações étnico-raciais e de gênero, masculinidades e feminilidades no contexto escolar, além de outras questões importantes para o desenvolvimento do ser humano em processo de formação, construção da cidadania, condição humana e formas de sociabilidades.

De fato, as aulas de EF devem ser entendidas e vivenciadas por professores e alunos como um espaço da diversidade e da diferença de diversos grupos étnicos, culturais, de grupos sociais e pessoas que tem costumes e crenças diferentes e esses processos estão vinculados à história de cada indivíduo e grupos sociais. Para isso, para tratar de questões étnico-raciais, por exemplo, o professor de EF deve possuir conhecimentos amplo sobre cultura de movimento e sobre a Lei n. 10.639/03, visto que os estudantes trazem saberes que não devem ser negados na sala de aula. Nesse sentido, é importante que a escola permita a construção de espaços abertos à formação continuada desse profissional, pois, a intervenção do professor no contexto escolar pode operar como uma condição substantiva para que os



estudantes possam construir conhecimentos e aprendizagens sobre o corpo, sobre a cultura e os elementos da cultura corporal: esporte, dança, ginástica, atletismo e lutas. Oliveira (2010) lembra que a EF é para todos e, a partir desse entendimento, destaca que:

Pensar em uma EF para todos é buscar quebrar esses modelos preexistentes de negação das diferenças e de desigualdades de oportunidades que são dadas nas escolas. Pensar em uma EF para todos é pensar, de acordo com Gusmão (2003), a escola como espaço sociocultural, que não é algo à parte da vida dos sujeitos, mas sim parte do projeto pessoal desses, que, ao depositarem nela aspirações diversas, fazem que a mesma tenha legitimidade social, que veja valorizada como instituição formadora (2010, p. 93).

Diante disso, compreender a cultura exige ter um olhar mais denso, mais profundo enquanto professor. A escola é um espaço educativo, e dependendo da prática do professor pode se tornar tanto um espaço de transformação quanto também um espaço para esses estudantes de preconceitos, estigmas, racismo, violência de gênero, sexualidade, entre outros. E o currículo precisa dar conta dessa diversidade.

É por isso mesmo que se torna cada vez mais urgente a implementação da Lei n. 10.639/03, pois, sabemos que já provocou muitas mudanças no currículo educacional, desde a sua criação, debates e reflexões por pesquisadores, educadores, movimentos negros e outros, mas faz-se necessário a efetivação em todas as áreas, no contexto escolar. Sabemos que, o caminho ainda é muito longo para que as questões sobre as Relações étnico-raciais se façam presentes no currículo e, também, na sala de aula de forma transversal, intercultural e que a sua valorização e implementação possa descolonizar o currículo e saberes e práticas pedagógicas e do professor, mas temos que acreditar e buscar estratégias necessárias como desafio às mudanças e transformações sociais e étnico-raciais. Entendemos sim, que estão presentes as discussões que envolvem as RER, sexualidade, gênero, racismo, inclusão, religião, entre outros, no entanto, acontece na maioria das vezes essas discussões em datas específicas ou quando ocorre uma situação no ambiente escolar.



Nesse sentido, Sacristán (2000) evidencia que a prática pedagógica no ensino, isto é, o que se passa nos espaços educativos na relação com os estudantes que é a finalidade do currículo. Todavia, o silêncio do professor, no que se refere à diversidade étnica e as suas diferenças, facilita para o desenvolvimento do racismo e a ocorrência de discriminação dentro do ambiente escolar. Apesar disso, não podemos, portanto, deixar de considerar que algumas dificuldades ainda permanecem presentes nos saberes e práticas dos professores que os impedem de inserir essas discussões no cotidiano da sala de aula, no entanto, acreditamos que essas questões apresentadas não são dificuldades e sim desafios que esses profissionais e a escola devem enfrentar, barreiras que precisam ser derrubadas. É inegável que muitos professores devem se apropriar de conhecimentos socializados na formação em serviço para lidar com as discussões das relações étnico-raciais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste texto destacamos a contribuição das disciplinas de Ciências e Educação Física para a abordagem das relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Por isso é imprescindível o processo de seleção e organização de conteúdos que permitam ao estudante a mudança de perspectiva com relação ao racismo e ao preconceito racial, visto que conforme apontou Sacristan (2000), o currículo tem uma dupla função: pode ser tanto organizador (que organiza o que vai ser ensinado), quanto unificador do ensinar/aprender (todos os estudantes vão seguir que foi padronizado). Esses dois elementos é que determinam o poder regulador do currículo.

As pesquisas por nós realizadas no mestrado sinalizaram que no cotidiano docente ainda estão presentes algumas dificuldades para a inserção dessas discussões no dia-a-dia da sala de aula. Defendemos que as disciplinas de Ciências e Educação Física podem possibilitar ao professor a apropriação de



saberes que lhes permitam abordar as relações étnico-raciais no currículo praticado, assim como a construção de uma educação antirracista.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, D. B. SANTOS, A. C. O ensino de ciências e a educação de jovens e adultos: diálogos e pressupostos epistemológicos. Educon, Aracaju, Volume 10, n. 01, p.1-11, set/2016.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DAOLIO, J. Educação física e o conceito de cultura. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FERNANDES, Kelly Menezes. Biologia, Educação das Relações Étnico-Raciais e Inversão Epistemológica. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rios de janeiro, v. 1, n. 2, p. 311 - 323, jun-set, 2015

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

JESUS, J.; SANTOS DA PAIXÃO, M. C.; VIANNA PRUDÊNCIO, C. A. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UM MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE O TEMA. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, [S. l.], v. 28, n. 55, p. 221-236, 2019.

KRASILCHIK, M. Reformas e Realidade: o caso do ensino de ciências no Brasil. São Paulo em perspectiva, 2000.

OLIVEIRA, Luiz F.; CANDAU, Vera M. Pedagogia decolonial e educação intercultural e antirracista no Brasil. Educação em Revista, vol.26, n.01, p.15-40, 2010.

# **"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"**

**XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA**

**VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS**

**VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**

**VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.**

**VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS**

**I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO**

**CANTINHO DO GRIÔ**

PRAIA, João; GIL-PÉREZ, Daniel; VILCHES, Amparo. O papel da natureza da Ciência na educação para a cidadania. *Ciência & Educação*, v. 13, n. 2, p. 141-156, 2007.

PRUDÊNCIO, C. A. V. JESUS, J. de. As relações étnico-raciais e o ensino de Ciências: visão de professores de Itabuna-BA. *Com a Palavra, O Professor*, 4(9), 186–209, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VERRANGIA, Douglas. Criações docentes e o papel do ensino de Ciências no combate ao racismo e a discriminações. *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 21 n. 1, p. 79-103 mar. 2016 / jun. 2016.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnicoraciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 3, p 705-718, 2010.